



Guaratinguetá, 01 de julho de 2025.

Of. C-0261/2025/GAB

Responde ao Requerimento nº 0199/2025

Rec.	03/07/25
Ass:	14h
Ass.:	A

Excelentíssima Senhora Presidente,

Este Executivo Municipal formula o presente para acusar o recebimento do Ofício 453/2025, de 03/06/2025 que encaminhou o Requerimento nº 0199/2025, de autoria dos Edis, Fabrício Dias Júnior, Nilo Sérgio da Silva e Tatiana Antunes Rangel de Castro Soares, solicitando informações a respeito da acessibilidade nos prédios públicos e calçadas do Município de Guaratinguetá.

Agradecendo a colaboração dos Nobres Vereadores, pela iniciativa, encaminho a essa Colenda Câmara, após a manifestação da(s) Secretaria(s) Municipais competentes, as seguintes informações:

“1. O Município possui mapeamento atualizado dos prédios e espaços públicos acessíveis e inacessíveis? Em caso positivo, encaminhar cópia do levantamento.”

R.: Não. Cumpre esclarecer que será necessário realizar um diagnóstico sobre acessibilidade dos prédios públicos, que será realizado por meio de levantamento conjunto com as Secretarias competentes.

“2. Há plano de ação, cronograma ou planejamento técnico e orçamentário para adequar os espaços públicos que ainda não são acessíveis? Em caso afirmativo, detalhar as ações previstas.”

R.: Conforme mencionado anteriormente, será necessário realizar um diagnóstico para avaliar as condições de acessibilidade dos prédios públicos, a fim de identificar e atender adequadamente às suas necessidades. Esse planejamento está sendo construído de forma articulada com o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD), com o qual a gestão municipal iniciou diálogo.

Recentemente, foi realizada uma primeira reunião com o CMDPD para alinhamento das diretrizes e identificação de demandas prioritárias. Uma segunda reunião foi realizada no dia 16 de junho, quando o Conselho fez uma apresentação técnica detalhada, com diagnósticos e propostas de encaminhamentos,





contribuindo de forma significativa para o aprimoramento das ações voltadas à acessibilidade.

“3. As empresas responsáveis por obras públicas recentemente entregues, cujos projetos apresentam falhas de acessibilidade e que ainda estão no prazo de garantia contratual, estão sendo ou poderão ser acionadas para promover os devidos ajustes?”

R.: Atualmente, não há esse tipo de informação disponível. Para obtê-la, será necessário realizar uma análise específica de cada obra pública e a sua compatibilização com o projeto e, depois, uma complementação de acordo com sua fiscalização e execução.

“4. Há fiscalização técnica específica para aferição da acessibilidade nas obras públicas antes da entrega definitiva ao Município? Qual o setor responsável por essa verificação?”

R.: Embora ainda não exista uma fiscalização técnica específica voltada à aferição da acessibilidade antes da entrega das obras públicas, a Prefeitura tem tratado o tema com prioridade, especialmente por meio de um trabalho conjunto com o CMDPD. A atuação ativa do Conselho tem sido fundamental para orientar e capacitar as ações da gestão, contribuindo diretamente para o aprimoramento das práticas de acessibilidade.

“5. Existe diálogo permanente ou estrutura institucionalizada de escuta com o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência no que se refere à avaliação de acessibilidade dos espaços públicos? Caso afirmativo, quais os mecanismos utilizados?”

R.: Inicialmente se criou um diálogo institucionalizado com o CMDPD, que tem se reunido com representantes do Poder Executivo para avaliar a acessibilidade dos espaços públicos.

Ressalta-se ainda que está em elaboração, mediante a reforma administrativa feita pela Secretaria de Planejamento, um setor específico para assuntos relacionados às pessoas com deficiência dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social, fortalecendo o diálogo com o Conselho e promovendo políticas públicas direcionadas.

“6. O Município tem buscado parcerias ou fontes de financiamento para viabilizar as adaptações necessárias à promoção da acessibilidade universal?”





R.: É importante destacar que qualquer iniciativa do Município para buscar parcerias ou fontes de financiamento visando à promoção da acessibilidade somente será adotada após a realização do diagnóstico técnico.

“7. Com relação às calçadas que são de responsabilidade dos proprietários de imóveis, quais são as ações adotadas pelo Município para fiscalizar e exigir a adequação desses passeios públicos aos padrões de acessibilidade?”

R.: Inicialmente, é importante destacar que uma das principais ações atualmente em desenvolvimento pelo Município é a realização de um diagnóstico técnico que subsidiará a atualização da legislação municipal relativa ao FUNCOC. Essa revisão normativa será fundamental para qualificar as iniciativas voltadas à adequação das calçadas, garantindo maior efetividade nas intervenções e assegurando que estejam plenamente alinhadas às diretrizes de acessibilidade.

“8. Quanto às calçadas sob responsabilidade do Município, quais medidas estão sendo tomadas para garantir sua acessibilidade, inclusive em obras novas e projetos de revitalização urbana? Há planejamento específico para melhoria dessas estruturas?”

R.: Em consonância com o Plano de Governo, a Prefeitura está estruturando Projeto Calçada Segura Acessível, voltado à melhoria das calçadas sob responsabilidade do Município, com foco na promoção da acessibilidade. elaboração do projeto será discutido com o CMDPD, cuja participação será fundamental tanto no levantamento das demandas prioritárias quanto na definição das diretrizes técnicas que nortearão a adequação das estruturas urbanas.

Neste ensejo, renova a Vossa Excelência e Dignos Edis os protestos do mais elevado apreço.


ANTONIO GILBERTO FILIPPO FERNANDES JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Sua Excelência a Senhora
Rosalice Galvão Filippo Fernandes
Presidente da Câmara Municipal de Guaratinguetá - SP

